

Conselho Informal dos Ministros dos Transportes

Mobilidade Urbana

Intervenção do Secretário de Estado dos Transportes

Dr. Correia da Fonseca

Corunha, 12 de Fevereiro de 2010

Exmo. Senhor Ministro José Blanco, Presidente do Conselho

Exmo. Senhor Vice-presidente dos Transportes da Comissão Europeia, Siim Kallas

Exmos. Senhores Ministros

Caros Colegas

Permitam-me antes de mais endereçar um agradecimento especial à Presidência Espanhola por ter organizado este Conselho Informal dedicado à reflexão e ao debate das principais questões que nos ocupam actualmente em matéria de transportes e mobilidade quando nos referimos aos espaços urbanos da União Europeia.

Assegurar a gestão da mobilidade garantindo, simultaneamente, o desenvolvimento sustentável das nossas cidades é um enorme desafio.

Pelas importantes externalidades negativas que lhe estão associadas, os problemas relacionados com os padrões de mobilidade urbana contemporâneos têm vindo a merecer particular atenção da Comunidade.

Congestionamento dos corredores rodoviários de acesso aos centros urbanos e no interior destes; níveis de emissões de poluentes que prejudicam a qualidade do ambiente urbano e colocam em risco a saúde dos cidadãos; consumos energéticos pouco compatíveis com a desejada afirmação da eficiência do sector dos transportes, pesando naturalmente nos balanços energéticos nacionais; degradação da qualidade de vida no espaço urbano. Cito algumas das externalidades com que nós, decisores nos defrontamos, e com as quais os nossos cidadãos se debatem todos os dias.

A publicação do Livro Branco «A Política Europeia de Transportes no Horizonte 2010: a Hora das Opções», foi um marco, ao vir colocar o acento tónico precisamente na necessidade de um reequilíbrio da repartição modal, favorecendo o transporte público e colocando os utentes no centro da política de transportes.

Mais recentemente, foi publicado o *Livro Verde – Por uma nova cultura da mobilidade urbana*, documento que desencadeou em Portugal uma importante reflexão técnica e política.

Desta reflexão ressalta o papel que a União Europeia deve desempenhar conjuntamente com os Estados-Membros na identificação dos objectivos comuns para atingir uma mobilidade mais sustentável, baseada num sistema europeu de observação e de monitorização desta mesma mobilidade.

As iniciativas entretanto desenvolvidas pela Comunidade, em estreita articulação com os Estados-membros, têm-se pautado por progressos assinaláveis na qualidade e eficiência dos sistemas de transportes.

Contudo, passados quase dez anos desde a publicação do Livro Branco «A Hora das Opções», a realidade confronta-nos com a prevalência de importantes problemas estruturais. Permitam-me destacar o problema do congestionamento urbano, resultante da dificuldade de operacionalização de uma política de planeamento do sistema de transportes e de gestão da mobilidade que atenua a dependência face ao automóvel individual nas deslocações urbanas.

Caros colegas, estamos certos que a superação deste problema estrutural à mobilidade urbana passa, incontornavelmente, por uma mais forte e efectiva coordenação entre os transportes, o ambiente, o ordenamento do território e os actores locais.

Para tal, consideramos que a União Europeia deve continuar a desempenhar um papel activo na promoção de medidas que visem, sob esta perspectiva, tornar a mobilidade urbana mais sustentável. Da mesma forma, é nosso entendimento que os actores locais são, de facto, elementos-chave na operacionalização do paradigma e soluções de transporte que preconizamos, pelo que o seu maior envolvimento é, neste sentido, uma condição essencial.

Caros colegas, quero partilhar convosco a importância que atribuímos à promoção do transporte público e ao financiamento da inovação e desenvolvimento tecnológico dos serviços e dos sistemas inteligentes que permitam melhorar a eficiência do sistema de transportes, enquanto motores de uma mobilidade urbana sustentável do ponto de vista económico e ambiental.

Portugal considera assim, como uma contribuição importante o *Plano de Acção para a Mobilidade Urbana* que acaba de nos ser apresentado pela Comissão.

Continuamos no entanto a reafirmar o princípio de subsidiariedade que a União Europeia deverá respeitar, deixando aos seus Estados-Membros e aos seus diferentes níveis administrativos a responsabilidade de atingir os objectivos comuns, da forma que seja entendida como mais apropriada.

Neste domínio consideramos que os apoios comunitários poderiam ser distribuídos por três planos de intervenção: os estudos e a investigação, o financiamento do investimento e o incentivo a boas práticas.

A melhoria da oferta de transporte público sendo uma responsabilidade local e nacional, representa um domínio onde existe espaço para o apoio da União Europeia, em particular no que se refere à qualidade dos equipamentos (frotas, interfaces e sistemas de apoio à exploração e à gestão) e ao desenvolvimento de soluções que integrem, de forma eficaz, os diferentes modos de transporte, designadamente a integração tarifária e a bilhética.

Nesta perspectiva, o papel da União Europeia será importante na optimização dos financiamentos existentes, mas também na definição de novas modalidades de financiamento, permitindo incentivar projectos integrados de mobilidade urbana. Uma outra acção presente no Plano de Acção à qual o Governo Português atribui uma importância especial é a da eficiência energética, domínio no qual produzimos um Plano específico – o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – que inclui o sector dos transportes com uma visibilidade particular.

Em 2009 aprovámos o Plano para Mobilidade Eléctrica, que traduz o nosso empenho na concretização de uma rede pública de abastecimento, a completar até 2011. Este Programa prevê também incentivos à aquisição de veículos eléctricos.

Caros colegas, posso assegurar-vos o empenho de Portugal para todas as acções necessárias ao sucesso deste Plano de Acção.

Muito obrigado pela Vossa atenção.